



## NOTÍCIAS

---

# “Preocupa-nos que se confunda escola com sala de aula”

A Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP) está a celebrar 40 anos. Jorge Ascensão, presidente da Confederação, fala de conquistas, de propostas, de estratégias, de preocupações, de políticas, nesta entrevista ao EDUCARE.PT. Na sua opinião, a qualidade das infraestruturas escolares evoluiu, mas os modelos de ensino, a formação de professores e os processos de trabalho quase estagnaram.

Sara R. Oliveira

20-06-2017

---

Os pais estão mais atentos e ativos na vida escolar, acompanham os filhos, envolvem-se mais. As escolas devem perceber essa entrega e apoiar e valorizar o papel democrático e representativo das associações de pais. E os políticos não podem ignorar a importância da intervenção parental. A Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP) faz 40 anos de vida. Quatro décadas de trabalho. “Não nos conformamos e isso, por vezes, é malentendido porque fazer e inovar dá mais trabalho do que manter. E todos sabemos que com o desenvolvimento social, a Educação, com tudo o que implica desde os meios aos métodos, não pode ficar estática”, afirma Jorge Ascensão, presidente da CONFAP, ao EDUCARE.PT.

“Evoluímos muito, sobretudo quanto ao acesso à Educação e na qualidade de infraestruturas escolares, mas quase estagnamos no conteúdo, na formação docente e não docente, nos modelos de ensino e nos processos de trabalho escolar”, refere. Há, porém, várias conquistas pelo caminho, medidas anunciadas que são acompanhadas, debatidas, melhoradas. E há muitas preocupações. “Preocupa-nos que ainda haja professores e diretores que afastam a participação parental legítima e responsável porque incomoda e inquieta o *statu quo* instalado”. Esta é uma das várias inquietações.

Jorge Ascensão foi eleito para um terceiro mandato. O modelo de acesso ao Ensino Superior, a avaliação, a flexibilização curricular e a sistematização do ensino articulado no desporto, nas artes e expressões, são assuntos presentes na sua agenda. “A maior injustiça que podemos cometer com as nossas crianças é dar igual a crianças diferentes”, diz. A retirada do teste de inglês no 9.º ano, o Preliminary English Test, foi das decisões da tutela que mais lhe custaram a digerir.

**EDUCARE.PT:** Os pais e encarregados de educação estão cada vez mais atentos, mais reivindicativos, mais cientes das suas responsabilidades? Estão mais ativos na vida escolar do que há uma ou duas décadas?

**Jorge Ascensão (JA):** Sim, os pais e encarregados de educação estão mais atentos e mais ativos na vida escolar. De uma forma geral, as famílias estão hoje mais conscientes da importância que a escola tem para as suas crianças/jovens e por isso, mais cientes das suas responsabilidades. Devemos, contudo, perceber que este acompanhamento não é em todos os

momentos e em todos os lugares igual e da mesma forma.

Há também as famílias que não podem, as que não querem, as que não sabem e claro, felizmente a maioria, as que sabem, podem e querem. Destas famílias temos as que participam nas associações parentais e que são aqueles pais e mães que percebem a importância de acompanhar a vida escolar das crianças e dos jovens muito para além do dever de cuidar dos seus filhos. Estas famílias têm feito o movimento associativo crescer e evoluir e são em muito responsáveis por muitas das melhorias do sistema educativo. Precisamos de continuar este trabalho de capacitação parental por uma intervenção responsável, de maturidade, informada e formada que constrói e consolida parcerias sustentadas na confiança institucional e no compromisso em nome de todas as crianças e dos jovens.

Por outro lado, há também que referir que o envolvimento parental e a sua capacidade de intervenção são muito condicionados pelas próprias escolas. Ninguém está onde não é desejado. Ninguém intervém onde não é considerado. Por isso, é também fundamental que a par da consciencialização dos pais e encarregados de educação sobre a importância da sua participação, as escolas apoiem e valorizem o papel democrático, legítimo e representativo das associações parentais e de todos os pais representantes dos seus pares nos conselhos de turma e nos conselhos gerais. Neste particular, a CONFAP tem vindo a percorrer um caminho e a estabelecer um diálogo de confiança e de compromisso com todos para dignificar a função da participação parental representativa e para que a sua missão seja na teoria e na prática reconhecida. Um caminho que ainda é preciso percorrer, mas sobre o qual é justo dizer-se que temos vindo a evoluir de modo muito significativo.

Podemos inquietar, somos exigentes, questionamos a “ordem”, desafiamo-nos, a nós e aos outros, porque queremos cooperar e sobretudo porque acreditamos na evolução e na melhoria. Não nos conformamos e isso, por vezes, é malentendido porque fazer e inovar dá mais trabalho do que manter. E todos sabemos que com o desenvolvimento social, a Educação, com tudo o que implica, desde os meios aos métodos, não pode ficar estática.

**E:** Quais as situações que motivam preocupações por parte dos pais relativamente ao sistema de ensino?

**JA:** A organização e o funcionamento das escolas na sua plenitude. Os pais que sabem, podem e querem, os que têm sentido de responsabilidade cívica, preocupam-se com a Educação enquanto sistema de base social e de equidade. A preocupação no movimento associativo parental é a do exercício da cidadania em prol de todas as crianças e dos jovens. É por isso que somos interventivos sobre a organização escolar, a avaliação, a descentralização, a flexibilização curricular, a qualidade do ensino e dos profissionais não docentes, tudo o que integra e influencia as aprendizagens e o desenvolvimento pessoal das nossas crianças e dos nossos jovens, onde se inclui, obviamente, a qualidade dos recursos físicos de que as escolas dispõem e o conseqüente conforto proporcionado aos profissionais e discentes.

Preocupa-nos, por exemplo, que as crianças do 1.º Ciclo, fundamental na perceção do interesse e no gosto pelo conhecimento, possam estar sujeitas a alterações de professores no mesmo ano letivo com interrupções imprevistas do trabalho desenvolvido. Preocupa-nos que os estudantes possam não ver garantido o seu direito ao ensino por largos períodos de tempo por falta de docentes. Preocupa-nos que as escolas não convoquem os pais representantes de turma para os conselhos de turma no incumprimento da lei.

Preocupa-nos que haja escolas onde os pais não percebem a necessidade e mais-valias de se constituírem em associação de pais de acordo com a lei. Preocupa-nos que ainda haja professores e diretores que afastam a participação parental legítima e responsável porque incomoda e inquieta o *statu quo* instalado. Preocupa-nos que se confunda escola com sala de aula, como se a escola fosse apenas o trabalho do professor e do estudante em contexto de aula. Preocupa-nos que a oferta educativa não seja essencialmente em função dos interesses dos estudantes.

Preocupa-nos a descentralização sem regulação e que fique de todo dependente da capacidade e do conhecimento unipessoal de um autarca ou de um diretor. Preocupa-nos as respostas insuficientes na Educação Especial. Preocupa-nos a cultura social sobre o papel do ensino profissional. Preocupa-nos que não se pense em generalizar o ensino articulado no desporto e nas artes, como, aliás, algumas escolas têm demonstrado ser possível. Preocupa-nos que a avaliação seja mais um instrumento de seriação e classificação do que um instrumento de análise e de suporte e melhoria de quem ensina e de quem aprende.

Preocupa-nos como poderemos concretizar a flexibilização quando as escolas e as famílias estão fortemente condicionadas pelos resultados académicos a disciplinas nucleares para a progressão de estudos. Preocupa-nos, por isso, que os ensino básico e o secundário estejam subjugados ao peso do acesso ao Ensino Superior, impedindo um trabalho descomplexado, global e integrado do desenvolvimento das crianças e dos jovens. Precisamos urgentemente de alterar o paradigma de acesso ao Ensino Superior.

Preocupa-nos que não exista por parte dos nossos responsáveis políticos um compromisso a médio/longo prazo sobre uma estratégia nacional para a Educação. Que o sistema educativo seja sobretudo uma resposta a todas as crianças e a todos os jovens de acordo com as suas necessidades, as suas expectativas e as suas capacidades e menos uma arma de combate político. Tudo isto e o mais que a Educação exige nos preocupa e, por isso, têm sido temas de reflexão e debate onde quer que a CONFAP esteja. Tudo isto está na nossa agenda (que é pública) até 2019.

**E:** As constantes mudanças nos programas curriculares e nas metas de ensino têm desestabilizado a comunidade educativa?

**JA:** As mudanças sem mais e sem se perceber os seus objetivos têm muita probabilidade de desestabilizar. Uma serão necessárias, outras nem tanto. Para que as mudanças possam ser sustentáveis, coerentes e evolutivas, são necessários compromissos, o que nem sempre acontece. Compromissos com os intervenientes, compromissos com os destinatários e compromissos com os que poderão imprimir novas mudanças.

Além disso, as mudanças devem ser uma resposta para os seus destinatários e são poucas as vezes que os representantes das famílias com filhos no sistema educativo são ouvidos – nas escolas há as associações parentais, nas autarquias as federações e, a nível nacional, a CONFAP. Estas organizações estão democraticamente legitimadas para representarem as famílias no sistema educativo português. Na resposta anterior, já mencionei muitas das medidas e políticas que têm sofrido alterações ou que precisam ser debatidas e para as quais sempre demonstramos disponibilidade para intervir e contribuir para a solução.

**E:** Os indicadores internacionais mostram que os resultados dos alunos portugueses têm vindo a melhorar. Por outro lado, verifica-se, por exemplo, que a Matemática é a disciplina com mais chumbos no 2.º Ciclo, que Portugal lidera as retenções entre os países da OCDE. O modelo de ensino tem seguido uma linha coerente? Há coisas que têm falhado?

**JA:** A própria formulação desta questão deve-nos fazer refletir. Certamente nem tudo está bem. Evoluímos muito, sobretudo quanto ao acesso à Educação e na qualidade de infraestruturas escolares, mas quase estagnamos no conteúdo, na formação docente e não docente, nos modelos de ensino e nos processos de trabalho escolar (se isto significar coerência, então, sim, o sistema seguiu uma linha coerente, mas que não desejamos porque é uma teimosa falta de visão).

Se os nossos estudantes têm melhores resultados e uma das disciplinas avaliadas internacionalmente é a Matemática, por que razão está esta disciplina com mais retenção no 2.º Ciclo? Estaremos a falhar no 1.º Ciclo (lembro aqui a questão

da instabilidade de professores titulares de turma neste nível de ensino) e os estudantes recuperam no 3.º Ciclo? Ou será porque as famílias (as que podem) quando se apercebem desta lacuna de conhecimento investem em sistemas paralelos de aprendizagem, disfarçando de forma indelével as ineficiências do sistema. Esta é também uma questão de equidade. Continuamos a dar igual a crianças diferentes, ou seja, mantemos o princípio da igualdade em detrimento do princípio da equidade, o que paradoxalmente consubstancia uma significativa desigualdade de oportunidades.

**E:** No próximo ano letivo, avança a flexibilização curricular num projeto-piloto. As escolas devem ter essa liberdade de gerirem os seus currículos conforme os seus alunos?

**JA:** A maior injustiça que podemos cometer com as nossas crianças é dar igual a crianças diferentes. Parece pois razoável e desejável que as escolas possam gerir os seus currículos de acordo com as necessidades e expectativas dos seus estudantes. Repito: de acordo e em resposta às necessidades dos seus estudantes. Volto a repetir: as escolas devem ter a liberdade de gerir os seus currículos como resposta às expectativas e necessidades dos seus estudantes. Talvez devesse ainda repetir uma e mais uma e mais outra vez, mas acredito que já seja entendível o que quero dizer.

Estaremos atentos com as nossas associadas e com as famílias ao desenrolar de todo este processo. Acreditamos que vai correr pelo melhor até porque, e bem, as escolas vão aderir de livre vontade, o que significa que compreendem o processo, que estão empenhadas e envolvidas na solução para destes objetivos que referi. Esperamos que se comprove o sucesso desta medida, que ela permita encontrar respostas diferenciadas, métodos inovadores e criativos de envolver e incentivar os estudantes nas aprendizagens e no conhecimento, ofertas que desenvolvam capacidades e competências. É uma oportunidade para alargar e aprofundar o trabalho em ensino articulado com as diferentes áreas do conhecimento.

**E:** Qual foi a medida do Ministério da Educação que, até hoje, lhe custou mais a aceitar? E porquê?

**JA:** Terminar com o Preliminary English Test (PET). Porque permitia a todos os jovens uma certificação internacional gratuita ou a custos muito reduzidos face aos praticados pelas escolas de inglês, onde só as famílias com capacidades financeiras e com tempo disponível conseguem proporcionar aos seus filhos uma certificação com reconhecimento internacional. Incompreensível. Mesmo que se tivesse de melhorar e evoluir no processo, o desejável é que tivéssemos nas nossas escolas públicas a oportunidade de todos os jovens obterem pelo menos o “first certificate”. Uma cedência que pouco ou nada teve a ver com o melhor interesse para os jovens portugueses e, particularmente, o de famílias com mais dificuldades.

**E:** O Governo traçou o perfil do aluno do século XXI à saída da escolaridade obrigatória. Concorda com o que tem sido dito sobre esta matéria?

**JA:** O documento é de relevante importância para a definição e seguimento de uma estratégia e política educativas. É genericamente consensual o que preconiza. A questão que se coloca é como implementar medidas para o tornar possível e concretizar. Basta lembrar aqui o nosso processo de avaliação e a sua determinação no prosseguimento de estudos. Sem alterarmos este processo dificilmente poderemos desenvolver nas escolas modelos de trabalho com o objetivo de promover e concretizar o preconizado no documento sobre o perfil do aluno para o século XXI.

Mas podemos também questionar se os docentes e não docentes que trabalham nas escolas estão preparados para empreender uma tarefa seguramente mais exigente e desafiante. E podemos também questionar os currículos e o envolvimento parental, nomeadamente através dos seus representantes. Ou seja, esta questão traz à ordem do dia e à prioridade das prioridades um conjunto de questões, temas e políticas que já venho a referir ao longo das respostas anteriores. Como sempre digo, em Educação tudo se interliga e se influencia reciprocamente. Não é produtor de discutir e analisar as diferentes situações de forma desagregada.

**E:** A CONFAP está a assinalar 40 anos de vida. As escolas já não podem viver sem as associações de pais? Quanto importante são estas estruturas para o dia a dia das escolas? **JA:** Sim, celebramos durante este ano 40 anos de existência, o que nos granjeia já um conhecimento e experiência da política educativa considerável. Só por essa razão, mas sobretudo por tudo o que as associações de pais têm feito nas escolas e pela Escola, já não é possível estas viverem sem aquelas. Subsistir talvez, sim, mas seguramente não conseguiriam os mesmos resultados e a sua missão estaria comprometida para uma Educação do presente e do futuro.

As associações parentais são hoje o garante de muitas das atividades extracurriculares que as escolas realizam, sejam seminários, workshops, celebrações festivas, etc. Mas são também o garante do equilíbrio da gestão com o envolvimento parental e com o desenvolvimento pedagógico e social da comunidade escolar e educativa, como será perceptível nas respostas às primeiras questões desta entrevista. As associações de pais estão, muitas vezes, numa primeira linha da prevenção enquanto observadores externos do dia a dia das escolas. Com base num trabalho de parceria, com confiança e compromisso, todos ganham e, mais importante, melhor garantimos o direito das crianças à Educação.

**E:** Há, no entanto, alguma coisa que, em seu entender, deveria mudar para que os pais sentissem uma maior proximidade às escolas dos seus filhos?

**JA:** Sim, podemos sempre melhorar e progredir. Ao longo dos últimos anos temos vindo a desenvolver a cooperação entre as escolas e as famílias. Há hoje uma melhor compreensão da importância de cada uma das instituições, um respeito mútuo e até alguma amizade que se foi construindo, porque hoje evoluímos alguma coisa na perceção do filho enquanto aluno e na perceção do aluno enquanto filho. Mas é este sentimento de pertença e de confiança que precisamos de aprofundar e, em muitos casos, de inverter mesmo. É este trabalho que a CONFAP tem vindo a desenvolver e vai continuar a fazê-lo, porque se trata duma tarefa complexa, mas que nem por isso deixaremos de persistir para progredir. Complexa porque exige novas culturas de ser e de estar. Basta ver o muito que se diz e se escreve sobre as famílias ou sobre os professores e as escolas, tomando quase sempre a parte (ínfima às vezes) pelo todo.

**E:** Acaba de tomar posse para um terceiro mandato. No primeiro mandato, prometia que a CONFAP seria “uma voz oportuna e profícua”. E agora? O que tenciona fazer?

**JA:** E agora? Depois de tudo o que disse antes, o que dizer agora?

Agora, apesar das dificuldades que persistem e até parece quererem agravar, não desistiremos de defender o melhor interesse das crianças e dos jovens. Não desistiremos de defender a equidade para todos. Juntamente com os nossos amigos, porque felizmente temos muitos, continuaremos a trabalhar na capacitação parental por uma maior e melhor intervenção na Educação, no acompanhamento da vida escolar, na participação nos órgãos das escolas, na participação nas associações parentais e nos contributos para as necessárias e adequadas medidas políticas para as escolas do nosso sistema educativo.

Estaremos a debatermo-nos por uma agenda de política educativa com as nossas prioridades em defesa dos interesses das crianças e dos jovens, como é a alteração do paradigma no acesso ao Ensino Superior e a avaliação, a flexibilização e a sistematização do ensino articulado no desporto, nas artes e expressões.

**E:** Satisfeito com as decisões do atual ministro da Educação?

**JA:** Há decisões que nos agradam mais e outras nem tanto. Há decisões que compreendemos e outras nem por isso. Certamente faríamos algumas coisas diferentes, o que é natural. Algumas decisões podiam ser mais ponderadas, com soluções mais variadas, mas são opções que respeitamos e que, oportunamente, debateremos e procuraremos resolver em diálogo, como sempre foi nossa forma de atuar, influenciar, demonstrando o que entendemos ser o melhor interesse para as crianças – nosso único propósito. De referir que algumas das medidas propostas, por exemplo, na flexibilização

do currículo, e algumas das implementadas, ou na gratuitidade dos manuais para o 1.º ano do 1.º Ciclo, tiveram o nosso cunho de intervenção.

in [www.educare.pt](http://www.educare.pt)

© 2000-2017 Porto Editora